

## **XVIII CONFERÊNCIA IBERO-AMERICANA DE MINISTROS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E REFORMA DO ESTADO**

Cidade de La Antigua Guatemala, 26 e 27 de julho de 2018

### **CONSENSO DA GUATEMALA**

Os Ministros, Ministras e representantes da Administração Pública e Reforma do Estado, reunidos na cidade de La Antigua Guatemala, nos dias 26 e 27 de julho de 2018, por iniciativa do Governo da Guatemala, da Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB) e do Centro Latino-Americano de Administração para o Desenvolvimento (CLAD), no quadro da XXVI Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e/ou de Governo.

#### **Considerando que,**

Fixámos como objetivo fundamental estabelecer padrões comuns e intercambiar experiências e conhecimentos que possam contribuir com melhorias para a implementação nos nossos países dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), por forma a alcançar uma "Ibero-América próspera, inclusiva e sustentável", tema da XXVI Cúpula Ibero-Americana.

A partir da I Conferência Ibero-Americana de Ministros e Ministras da Administração Pública e Reforma do Estado, realizada em Lisboa no ano 1998, promovemos medidas conjuntas para a qualidade e eficácia da administração pública nos nossos países e impulsionamos o desenvolvimento de instituições e estruturas de governação que respondam às necessidades da cidadania, promovam a transparência na gestão e sejam abertas aos cidadãos e sustentáveis face aos desafios do futuro.

Reconhecemos que a Conferência Ibero-Americana é um espaço privilegiado de concertação e diálogo político que reúne há mais de 27 anos os Chefes de Estado e/ou de Governo e outras instâncias públicas da Ibero-América, criando uma valiosa rede de intercâmbio de conhecimentos sobre administração e políticas públicas.

As instituições desempenham um papel fundamental no cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, e, para isso, a modernização do Estado, que inclui instituições eficazes, responsáveis e transparentes a todos os níveis, é um importante desafio que se deve atingir.

A ética, enquanto parte dos motivos mais importantes do progresso, prosperidade e compromisso intergeracional, promove valores para o desenvolvimento sustentável, inclusividade, liderança dos governos e relações de respeito entre os cidadãos.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, contidos na Agenda 2030, constituem um acordo internacional histórico que procura um impacto nos processos de decisão, de elaboração e de medição das políticas públicas, em âmbitos tão importantes como a erradicação da pobreza e da fome; luta contra as desigualdades; construção de sociedades pacíficas, justas e inclusivas; proteção dos direitos humanos e promoção da igualdade de género, bem como a preservação duradoura do planeta e dos seus recursos naturais, através de políticas que permitam promover com eficácia medidas multidimensionais para atingir um desenvolvimento sustentável interdependente e interconectado em todas as facetas da administração pública.

Nos governos nacionais, regionais e locais, recai principalmente a responsabilidade de alcançar as 169 metas dos 17 ODS, por forma a conseguir a sua implementação efetiva, através da coordenação de políticas públicas da fase de conceção até à fase de avaliação.

O intercâmbio de experiências e boas práticas, bem como a cooperação entre os países ibero-americanos em matéria de administração pública, são elementos essenciais para implementar e impulsionar a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Nesse sentido, o CLAD pode exercer um importante trabalho de difusão, extensão e capacitação dos funcionários públicos para o conhecimento e progressivo alcance dos ODS.

É necessário estabelecer mecanismos mais inclusivos, salientando a participação dos povos indígenas e da população afrodescendente, e que estes estejam em harmonia com a sua própria cosmovisão e cultura e que implementem e acompanhem planos nacionais para alcançar a Agenda 2030 e os ODS, de acordo com a realidade de cada país.

A participação e a liderança das mulheres na administração pública são fundamentais para assegurar um desenvolvimento inclusivo e uma governação democrática, bem como para favorecer a sustentabilidade e a implementação de políticas públicas que respondam à diversidade e aos interesses de toda a população.

#### **À luz de tudo isto, comprometemo-nos a:**

1. Continuar a trabalhar na modernização do Estado, por forma a incluir a implementação de processos de fortalecimento e democratização do carácter institucional público e da gestão racional e eficiente das receitas e despesas públicas em função do desenvolvimento sustentável.
2. Fortalecer e adequar as nossas administrações públicas com o objetivo de que, a partir da sua liderança na consecução dos ODS, sejam mais eficazes e eficientes na coordenação e colaboração institucionais, que são condições imprescindíveis para, entre todas as áreas e níveis dos Estados, realizar a tarefa que envolve o cumprimento dos referidos Objetivos de forma planificada, participativa, subsidiária, inclusiva e não discriminatória.
3. Desenvolver competências e mecanismos que permitam e facilitem aos Estados realizar uma oportuna prestação de contas, que fomente a governação e o exercício transparente da gestão pública, estabeleça princípios de mérito e capacidade para o desempenho da função pública e promova estruturas em defesa da ética e de luta contra a corrupção.
4. Favorecer a criação de estruturas de governação que promovam a inovação a todos os níveis e, em especial, os processos de planificação e de tomada de decisões no desenvolvimento de políticas públicas.
5. Promover uma cultura de inovação na administração pública, que permita aos funcionários públicos desenvolver novas formas de trabalho cooperativo e solidário, que possibilite fixar objetivos e metas, e que fomente a aquisição de novas capacidades tecnológicas, de gestão e de produção de novos conhecimentos e uma maior flexibilidade para assumir riscos no desempenho das suas funções relativamente a estruturas estáticas e complexas.

6. Desenvolver estratégias de incorporação da perspectiva de gênero na administração pública, incluindo, entre outras, medidas que contribuam para mudar a cultura institucional discriminatória e ultrapassar os mecanismos de desigualdade profissional contra as mulheres de forma que se facilite a sua permanência e promoção e se fomente o seu acesso ao nível da tomada de decisões na administração pública. Bem como, fortalecer a incorporação da perspectiva de gênero no desenvolvimento de políticas, programas, projetos institucionais e prestação de serviços públicos
7. Fomentar a cooperação entre os nossos países, utilizando especialmente a capacidade do CLAD e da SEGIB, por forma a promover e partilhar boas práticas em matéria de prestação de contas, inovação tecnológica, intercâmbio de informações e ações interinstitucionais orientadas para a transparência, fortalecimento institucional e plena aplicação dos instrumentos legais que permitam lutar contra a corrupção.
8. Reconhecer a importância de implementar e/ou reforçar mecanismos de transparência, como o do Governo Aberto, que possibilitem uma cultura de transformação da gestão pública através da transparência, participação cidadã e colaboração.
9. Estabelecer e/ou fortalecer mecanismos permanentes de diálogo e de concertação dos povos indígenas e da população afrodescendente com as instituições estatais e promover, de acordo com a legislação de cada país, a sua participação na elaboração, desenvolvimento e avaliação de políticas públicas nacionais, bem como estabelecer procedimentos de consulta prévia, livre e informada sobre qualquer matéria relacionada com os interesses dos povos indígenas e dos seus territórios.
10. Apoiar o lançamento do Plano de Ação da Ibero-América para a Implementação dos Direitos dos Povos Indígenas, com a finalidade de promover uma programação de ações coerente e coordenada entre a administração pública e os povos indígenas e de contribuir para a procura e concretização de recursos suficientes para apoiar o Plano de Ação.

E exortamos a SEGIB, em colaboração com o CLAD, a:

11. Criar um Fórum Ibero-Americano anual de mecanismos nacionais de implementação da Agenda 2030 e conceber um plano de trabalho que permita reunir e aprofundar conhecimentos sobre a implementação da Agenda 2030 e coordenar agentes de desenvolvimento capazes de criar parcerias estratégicas eficazes e de qualidade para o desenvolvimento sustentável.
12. Sistematizar as aprendizagens e experiências que possam ser úteis para a implementação da Agenda 2030, bem como aprofundar metodologias e capacidades na administração pública para criar parcerias estratégicas para o desenvolvimento no quadro do ODS 17.
13. Promover a ética de desenvolvimento sustentável e a visão territorial da Agenda 2030 na Ibero-América para criar espaços de aprendizagem e de coordenação entre os diferentes níveis da Administração Pública de forma a conseguir uma implementação multinível eficaz e coerente.

Instamos o Centro Latino-Americano de Administração para o Desenvolvimento (CLAD), com o apoio da SEGIB, a:

14. Implementar guias didáticos para a capacitação de funcionários públicos, através das Escolas e Institutos de Administração Pública, que tenham como elemento transversal o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e a Agenda 2030.
15. Criar um Índice de Governança Ibero-Americano que inclua os progressos e retrocessos que, em matéria de cumprimento dos ODS, se possam detetar como consequência das atividades das administrações públicas.
16. Apoiar o lançamento da Carta Ibero-Americana de Ética e Integridade na Função Pública, aprovada na reunião de La Antigua, como um meio fundamental para conseguir comportamentos éticos generalizados nas Administrações Públicas de todos os países ibero-americanos.
17. Colaborar com a implementação do Pacto Ibero-Americano de Juventude, num quadro de cooperação conjunta com o Organismo Internacional de Juventude para a Ibero-América (OIJ), a fim de desenvolver ações de formação, alargar os conhecimentos e reforçar as políticas de juventude, no contexto dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

### Reconhecemos

Ao povo e ao Governo da Guatemala, o compromisso e hospitalidade com que organizaram a XVIII Conferência Ibero-Americana de Ministros da Administração Pública e Reforma do Estado, bem como ao Instituto Nacional de Administração Pública (INAP), ao Ministério das Relações Exteriores da Guatemala, à SEGIB e ao CLAD como Secretaria Técnica desta Conferência, o êxito, progressos e resultados obtidos neste magno encontro.

La Antigua Guatemala, 27 de julho de 2018.

**Eva Descarrega Garcia**  
Ministra da Função Pública e  
Reforma da Administração  
**Andorra**

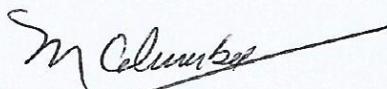
**Pablo Martín Legorburu**  
Secretário da Secretaria de Emprego Público (SEP)  
Ministério de Modernização  
**Argentina**

**Antonio Paulo Vogel de Medeiros**  
Secretário de Gestão Pública do Ministério do  
Planejamento, Orçamento e Gestão  
**Brasil**

**Francisco Silva Durán**  
Chefe da Divisão Jurídica e Assuntos Institucionais  
da Direção Nacional do Serviço Civil (DNSC)  
**Chile**

**Fernando Segura Restrepo**  
Diretor de Participação, Transparência e Serviço ao  
Cidadão do Departamento  
Administrativo da Função Pública -DAFP  
**Colômbia**

**Francisco Delgado Jiménez**  
Vice-ministro de Planificação Nacional e  
Política Econômica do Ministério de Planificação  
Nacional e Política Econômica – MIDEPLAN  
**Costa Rica**



**Mariela Columbié**  
Ministério de Educação Superior  
**Cuba**



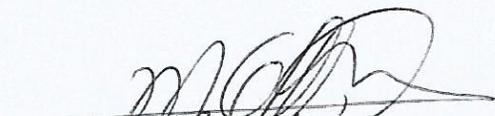
**Alberto Enriquez Villacorta**  
Subsecretario técnico e de Planificação  
Secretaria técnica e de Planificação da Presidência  
**El Salvador**



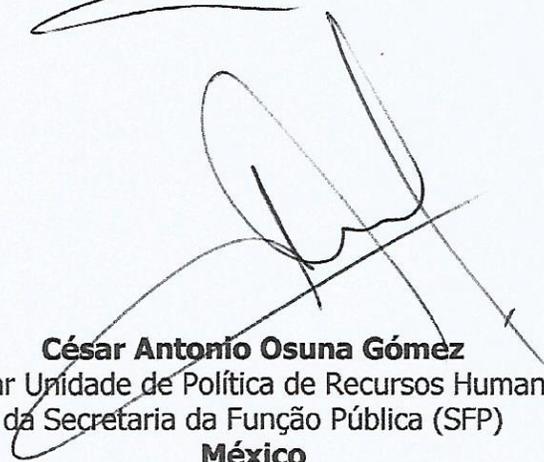
**Manuel Arenilla**  
Diretor do Instituto Nacional de  
Administração Pública (INAP)  
**Espanha**



**Marco Tulio Cajas**  
Gerente do Instituto Nacional de  
Administração Pública (INAP)  
**Guatemala**



**Merary Diaz Molina**  
Diretora-Geral do Serviço Civil  
**Honduras**



**César Antonio Osuna Gómez**  
Titular Unidade de Política de Recursos Humanos  
da Secretaria da Função Pública (SFP)  
**México**



XXVI CUMBRE  
IBEROAMERICANA  
LA ANTIGUA GUATEMALA 2018

XXVI CÚPULA  
IBERO-AMERICANA  
LA ANTIGUA GUATEMALA 2018



CLAD  
Centro Latinoamericano de  
Administración para el Desarrollo



Secretaría General  
Iberoamericana  
Secretaria-Geral  
Ibero Americana

**Martha Patricia de González**  
Secretária-Geral do Ministério de  
Economia e Finanças (MEF)  
**Panamá**

**Carlos Rossi Covarrubias**  
Ministro Coselheiro da Embaixada do Peru na  
Guatemala  
**Peru**

**Julio Casanova Nabais**  
Técnico Especialista da  
Secretaria de Estado da Administração e do  
Emprego Público (SEAEP) do  
Ministério das Finanças  
**Portugal**

**Donatila Germán Pérez**  
Vice-ministra da Função Pública do  
Ministério de Administração Pública (MAP)  
**República Dominicana**

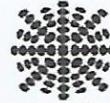
**Alberto Raúl Scavarelli**  
Diretor da Oficina Nacional do Serviço Civil  
**Uruguai**

**Wilmara Lugo Morgado**  
Vice-ministra de Planificação Social e Institucional  
**Venezuela**



XXVI CUMBRE  
IBEROAMERICANA  
LA ANTIGUA GUATEMALA 2018

XXVI CÚPULA  
IBERO-AMERICANA  
LA ANTIGUA GUATEMALA 2018



CLAD  
Centro Latinoamericano de  
Administración para el Desarrollo



Secretaría General  
Iberoamericana  
Secretaria-Geral  
Ibero Americana

Francisco Velázquez López  
Secretário Geral do Centro Latino-americano de  
Administração para o Desenvolvimento (CLAD)